



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

4ª Câmara Cível

Embargos de Declaração em Agravo Legal nº 0323143-4

Embargante: David Fernandes Advogados Associados S/C

Embargado: Banco Bradesco S/A

Des. Relator: Tenório dos Santos

**EMENTA**

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM FACE DE AGRAVO LEGAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. HONORÁRIOS DO PERITO. QUANTIA FIXADA EM OBSERVÂNCIA AOS PARÂMETROS DE PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE OMISSÃO NÃO VERIFICADA.** 1. Vale ressaltar que o juiz é o destinatário das provas, razão pela qual, dentro do seu livre convencimento, cabe a ele determinar quais as necessárias à instrução do processo, ex vi do artigo 130 do Código de Processo Civil. Se houver divergência entre o perito e a parte sobre os honorários, cabe ao juiz fixá-los, levando em consideração o trabalho a ser desenvolvido pelo perito. 2. Segundo dispõe o artigo 535 do CPC, são cabíveis os embargos de declaração quando houver omissão, contradição ou obscuridade no acórdão embargado, sendo inviável a sua oposição para a rediscussão da matéria já decidida e mesmo para fins de prequestionamento. Recurso improvido.

**ACÓRDÃO**



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

ED nº 0323143-4

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração nº 0323143-4, em que figura como Embargante **David Fernandes Advogados Associados S/C** e, como Embargado **Banco Bradesco S/A**, acordam os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a 4ª Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco, **à unanimidade de votos, em negar Embargos Declaratórios**, tudo em conformidade com o Relatório, Votos, Notas Taquigráficas, Ata de Julgamento e demais peças processuais que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 16 de 06 de 2014.

Tenório dos Santos

Desembargador Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

4ª Câmara Cível

Embargos de Declaração em Agravo Legal nº 0323143-4

Embargante: David Fernandes Advogados Associados S/C

Embargado: Banco Bradesco S/A

Des. Relator: Tenório dos Santos

RELATÓRIO

Cuida-se de Embargos de Declaração manejados por **David Fernandes Advogados Associados S/C**, contra decisão proferida por esta Relatoria, em agravo legal, nos autos dos embargos à execução.

A decisão primária combatida, o Juízo primário estipulou perícia técnica e fixou honorários no importe de 10 (dez) salários mínimos.

A embargante aponta omissão quanto a análise da extensão e complexidade do trabalho pericial e contradição quanto a forma de arbitramento dos honorários.

É o breve relatório.

Recife, 5 de 6 de 14 .

Tenório dos Santos

Desembargador Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

---

**4ª Câmara Cível**

**Embargos de Declaração nº 0323143-4**

**Embargante: David Fernandes Advogados Associados S/C**

**Embargado: Banco Bradesco S/A**

**Des. Relator: Tenório dos Santos**

---

**VOTO**

Os embargos são tempestivos e, pelo meu voto, deles conheço para analisar os pontos neles levantados.

Pois bem.

*In casu*, o embargante alega omissão no julgado quanto ao valor atribuído pelo julgador primário em relação à perícia, alegando o recorrente simplicidade na mesma, e que o valor deve ser diminuído.

Inicialmente, é importante considerar que cada recurso previsto em nosso ordenamento jurídico possui um objetivo específico, sendo que os Embargos de Declaração se prestam para complementar ou aclarar as decisões judiciais como um todo, quando nestas existirem pontos omissos, obscuros ou contraditórios.

Torna-se importante anotar que a finalidade dos Embargos de Declaração, portanto, é corrigir defeitos porventura existentes nas decisões proferidas pelo magistrado, conforme ensina Bernardo Pimentel Souza, em *Introdução aos Recursos Cíveis e à Ação Rescisória*, 2. ed., Belo Horizonte: Maza Edições, 2001, p. 305:

"Os defeitos sanáveis por meio de Embargos Declaratórios podem constar de qualquer parte da decisão. Tanto o dispositivo como a fundamentação podem conter



**ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos**

ED nº 0323143-4

omissões, contradições e obscuridades. A ementa, que integra o acórdão por força do art. 563, também pode estar viciada. A contradição tanto pode ocorrer entre diferentes partes da decisão como no bojo de apenas uma delas. Com efeito, a contradição pode-se dar entre o relatório e a fundamentação, entre a fundamentação e o dispositivo, entre o dispositivo e a ementa, bem como entre tópicos da própria ementa, da fundamentação, do dispositivo e até mesmo do relatório."

Caso inexistam na decisão judicial embargada tais defeitos de forma, não há que se interpor Embargos de Declaração, pois os mesmos não podem ser utilizados para o reexame e novo julgamento do que já foi decidido, sendo que para tanto há o recurso próprio previsto na legislação.

No entanto, a doutrina e a jurisprudência vêm admitindo, em situações excepcionalíssimas, a modificação dos julgados mediante a simples interposição dos Embargos de Declaração, conferindo a esses efeitos modificativos ou infringentes. Tal admissibilidade é restrita aos casos de correção de patente erro material ou quando suprida uma omissão ou extirpada contradição, a modificação for uma consequência lógica e inevitável do saneamento dos referidos vícios.

Cabem os Embargos, portanto, em caso de omissão, obscuridade e contradição, conforme art. 535 do CPC. A omissão ocorre quando o juiz deixa de examinar qualquer questão formulada pelas partes no curso da lide, a contradição quando há incoerência entre a



**ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos**

ED nº 0323143-4

fundamentação exposta pelo juiz e o resultado do julgamento, e a obscuridade quando falta clareza na decisão.

Sobre os temas esclarece Bernardo Pimentel Souza, in "Introdução aos recursos cíveis e à Ação Rescisória", 2ª ed., Maza Edições: Belo Horizonte, 2001, p. 304 e 305:

"Consiste a omissão no silêncio do órgão julgador sobre o tema ou argumento suscitado pelas partes ou pelo Ministério Público. Também configura a inércia do julgador diante da matéria apreciável de ofício."

"A contradição consiste na incompatibilidade entre proposições constantes do julgado". Realmente, a contradição reside na existência de premissas ou conclusões inconciliáveis na decisão jurisdicional. Os defeitos sanáveis por meio de embargos declaratórios podem constar de qualquer parte da decisão. Tanto o dispositivo como a fundamentação podem conter omissões, contradições e obscuridades. A ementa, que integra o acórdão por força do art. 563, também pode estar viciada. A contradição tanto pode ocorrer entre diferentes partes da decisão como no bojo de apenas uma delas. Com efeito, a contradição pode-se dar entre o relatório e a fundamentação, entre a fundamentação e o dispositivo, entre o dispositivo e a ementa, bem como entre tópicos da própria ementa, da fundamentação, do dispositivo e até mesmo do relatório."

"Padece a obscuridade o pronunciamento jurisdicional que não é claro, inteligível. A obscuridade tanto pode ser ideológica como material. A obscuridade ideológica é marcada pelo defeito na transmissão das idéias pelo



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

ED nº 0323143-4

julgador. Já a obscuridade material reside no vício formal do pronunciamento jurisdicional. Basta imaginar a hipótese de superposição de linhas em decisão datilografada ou impressa. Também é possível a existência de obscuridade material em caso de decisão manuscrita pelo magistrado."

*In casu*, percebo que não se configuram a omissão apontada pelo embargante, porquanto a decisão embargada externou entendimento de que o juiz é o destinatário das provas, razão pela qual, dentro do seu livre convencimento, cabe a ele determinar quais as necessárias à instrução do processo, ex vi do artigo 130 do Código de Processo Civil.

Uma vez que o Juiz *a quo* considerou conveniente e oportuna à realização da perícia, o perito faz jus a uma remuneração, que será paga de acordo com o que determina o artigo 33 do Código de Processo Civil.

Na verdade, o que se verifica é que o Embargante busca rediscutir questões quanto ao valor fixado a título de honorários periciais, constatando-se, portanto, que a insurgência do embargante, quanto a estes pontos, não diz respeito a eventual vício de integração do *decisum* impugnado, mas à interpretação que lhe foi desfavorável, motivação essa que não se enquadra nas hipóteses de cabimento dos aclaratórios.

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes julgados:

A propósito:

**PROCESSUAL CIVIL – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM  
AGRAVO DE INSTRUMENTO – DECISÃO AGRAVADA QUE**

307  
mm



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

ED nº 0323143-4

**MANTEVE DECISÃO MONOCRÁTICA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS – INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO.** 1. Não há falar que é omisso acórdão que manteve decisão monocrática pelos seus próprios fundamentos, sem se pronunciar explicitamente sobre cada um dos argumentos elencados no agravo regimental. 2. Razões do embargante que não foram hábeis a infirmar os fundamentos do *decisum* monocrático. 3. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no AgRg no Ag 994975/RJ, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, julgado em 16/9/2008, DJe 14/10/2008)

Diante do exposto, nego provimento ao presente embargos de declaração, mantendo incólume o Acórdão guerreado.

É como voto.

8/5/14

Tenório dos Santos

Desembargador Relator